

A produção do atraso e do isolamento do campesinato: juventude no campesinato brasileiro¹¹¹

Beatriz Maria de Figueiredo Ribeiro

O debate travado entre os intelectuais brasileiros sobre os rumos do desenvolvimento contribuiu para que recaísse sobre o campesinato brasileiro a culpa pelo atraso e “subdesenvolvimento” do País. Durante muito tempo a esquerda brasileira compactuou com um tipo de interpretação de que era preciso acabar com o camponês para que o País pudesse entrar na modernidade. Vários foram os estudos realizados em torno da maior ou menor penetração do capitalismo no campo. Concomitantemente a estes estudos, nasciam as interpretações que analisavam o campesinato como um resquício do feudalismo e, por isso, atrasado e digno de pena.

As inspirações para este tipo de abordagem vinham de uma transposição mecânica dos estudos científicos e escritos políticos de Marx e seus intérpretes, que apontavam para a hipótese de que quanto mais capitalismo no campo, mais próximos estaríamos da *via* que nos levaria às possibilidades de mudanças estruturais na sociedade, com a formação de um proletariado rural. O País entraria na modernidade pelo estabelecimento das relações capitalistas de produção que agudizariam, por sua vez, as contradições de classe através da formação de um proletariado rural e urbano – estes, os sujeitos por excelência da luta de classes. Esta leitura mecânica da teoria de classes e das lutas sociais se tornou praticamente uma profecia na esquerda brasileira e colocou a realidade a reboque da teoria. Para o campesinato, o prognóstico estava dado: ou a proletarianização ou a sua completa extinção.

Correntes mais recentes dos estudos sobre o campesinato criticaram a tendência à proletarianização. Daí derivou uma divisão. Os defensores do campesinato entoando a assertiva de que estes sujeitos são portadores de uma racionalidade específica e anticapitalista. Para estes, existe uma tensão em torno de disputas

111 Artigo extraído da tese de doutoramento apresentada no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, em abril de 2011, sob orientação do Prof. Dr. Carlos Walter Porto Gonçalves, intitulada: *Aqui não tem esse negócio de herança: hoje eu quero uma terra pra mim!* Relações intergeracionais na luta camponesa.

de territorialidades, uma vez que a territorialidade camponesa negaria a territorialidade do latifúndio e, a partir daí, levaria à possibilidade de construção de uma autonomia relativa camponesa na formação econômico-social capitalista. E, aqueles para quem o campesinato tenderia a uma conciliação de territorialidades com a empresa capitalista pensam que a saída estaria na adequação e modernização da agricultura rudimentar camponesa aos moldes da racionalidade capitalista (especialização e homogeneização da produção) ¹¹².

Lander (2005) aproxima-nos do entendimento acerca do caráter civilizatório da expansão capitalista para além da exploração, inerente ao sistema. Este processo, que se deu pela expropriação e submissão de outros povos, territórios e culturas, não ocorreu sem que houvesse resistências e lutas sociais. No entanto, uma vez que as relações capitalistas se consolidaram e tornaram-se hegemônicas, as resistências passaram a se definir no interior mesmo da sociedade liberal e não mais enquanto resistência a uma ‘modalidade civilizatória em disputa com outras’. O autor afirma que este contexto histórico-cultural afirmado por uma superioridade material, subalternizando outras modalidades civilizatórias, impregnará o ambiente intelectual das ciências sociais. Há uma relação direta entre a constituição das disciplinas das ciências sociais e a naturalização das relações sociais e de poder construídas a partir da hegemonia da sociedade liberal.

Podemos argumentar a partir daí que as interpretações sobre o campesinato estiveram impregnadas das narrativas moderno-coloniais, pois buscaram compreender o camponês à luz de uma visão que o colocou atrás na linha do tempo da história. A noção de progresso construiu classificações e hierarquizações dos povos (LANDER, 2005, p.31-38) a partir do padrão de referência europeu. A superioridade material alcançada pelo desenvolvimento das relações de produção capitalistas levou muitos intelectuais a conduzir suas interpretações prevendo a extinção do camponês no decorrer do tempo.

112 Uma importante referência para essa discussão pode ser encontrada em Oliveira (2004, p.15-16) que mostra a existência de dois processos distintos e contraditórios vinculados ao desenvolvimento recente da agricultura capitalista no Brasil: a ‘territorialização do capital monopolista na agricultura’, que expulsa do campo os camponeses e a ‘monopolização do território pelo capital monopolista’, que abre espaço para que a produção camponesa se desenvolva, embora busque subordiná-la. Neste caso, a não subordinação da territorialidade camponesa ao capital aponta para a utopia da construção de um *projeto camponês de desenvolvimento*. Este debate conformou a existência de dois campos na discussão política da questão agrária e agrícola brasileira: agricultura familiar enquanto prática política conciliatória e a agricultura camponesa enquanto prática política emancipatória.

A produção da modernidade se faz num contexto histórico-geográfico-cultural hegemônico por uma modalidade civilizatória – a sociedade industrial liberal que se colocou como superior em termos de organização social, uma vez que dominou e submeteu todos os demais povos do mundo. O europeu, que se constituiu enquanto identidade geocultural moderna em consequência da constituição da América e do caráter exploratório da conquista se definiu enquanto representação da ideia de raça – o branco – relegando os demais povos a um nível inferior na classificação de raça e na hierarquização da cultura. Neste sentido, o camponato brasileiro, índio, negro e mestiço seria a antítese da modernidade.

A invenção do “outro”: juventude camponesa?

Várias reflexões foram desenvolvidas no ambiente da CEPAL sob a égide da modernização da América Latina. A dimensão do trabalho foi tomada como constituinte principal da vida camponesa (e da classe trabalhadora) e como impeditivo para a formação de uma juventude. Solari (1971, p.65) afirmou que “*los campesinos son más campesinos que jóvenes*”. Para o autor, naquele contexto, não haveria possibilidade de existir uma juventude camponesa. A impossibilidade de tal fenômeno se constituir em sociedades agrárias, como também na classe *obrero*, devia-se ao fato de que a juventude é um fenômeno característico das sociedades modernas e urbanizadas. Além do mais, o jovem, para chegar a ser jovem, teria que ter uma condição de classe o que permitisse a tal. Especificamente, sobre os jovens camponeses, o autor situa este fenômeno numa escala onde em cada extremo estaria, de um lado, um tipo de sociedade rural fechada ou isolada, e de outro, uma completamente urbanizada. Entre esses dois extremos existiria uma gama de situações concretas.

O autor, considerando um tipo de desenvolvimento linear desde uma sociedade rural isolada até a urbanizada, adverte que a *juventud campesina*, como tal, não existiria nem no princípio nem ao fim do processo. No primeiro caso não haveria juventude, por considerar este fenômeno social uma invenção da sociedade moderna, portanto, inexistente numa sociedade com valores e normas de sociedades particularistas, regidas pela hierarquia familiar e pelo parentesco. No segundo caso, não haveria juventude, uma vez que em sua existência urbana, perderia automaticamente sua identificação com rural. “La variable fundamental es, en última instancia, la urbanización de la sociedad rural” (SOLARI, 1971, p. 65-66).

O debate de Solari (1971) sobre a inexistência do jovem rural é representativo desta visão naturalizada e impregnada da ideia de modernidade. O autor constrói sua análise a partir de mais uma separação construída pela ideia de mo-

dermidade: o rural e o urbano. Toma como foco o urbano, estando o rural destinado ao desaparecimento, e com ele todo o contexto sociocultural. Nesta concepção, a passagem do rural ao urbano ou urbanizado estaria relacionada com as interferências dos conteúdos da modernidade – meios de comunicação, transportes, etc. – modificando os valores e o “modo-de-vida”. Com o advento do processo de urbanização, a distinção entre um jovem urbano e um jovem rural perderia sua importância, já que se camponês não é jovem e quando jovem passa a ser urbano. Mas a existência ou não do jovem se relaciona mais à condição de classe do que à condição de camponês, pois se pobre e urbano, estará da mesma forma, irremediavelmente impossibilitado de viver uma juventude, pois desde cedo terá que trabalhar, e se *campesino*, portanto pobre, deverá trabalhar desde criança.

Depreendem-se daí algumas noções importantes. O autor toma como ponto de partida o aparelho conceitual das ciências sociais (CASTRO-GÓMEZ, 2005) que se sustenta por binarismos, por exemplo: rural-urbano, pobreza-desenvolvimento. O desenvolvimento seria alcançado por meio da linearidade temporal que teria seu ponto zero no rural (isolado) até chegar à sociedade urbanizada.

É certo que o modelo de centralização/ territorialização dos serviços que definem politicamente a cidadania marcam uma desigualdade entre o campo e a cidade. No entanto, essa desigualdade só será passível de análise ao tomarmos como ponto de partida a troca que se estabelece entre sujeitos em posições diferentes, e não apenas a troca entre rural e urbano enquanto noções cristalizadas. A imagem de um rural estigmatizado pelo atraso e por um “modo-de-vida” imutável se constrói essencializando as noções de rural e urbano.

Ademais o espaço é concebido em termos temporais por meio das noções de “atrasado” ou “em desenvolvimento”. As diferenças espaciais são imaginadas em termos de sequência temporal, reduzindo a importância das diferenças e, por conseguinte, da espacialidade, desconsiderando a possibilidade de coexistência de uma multiplicidade de histórias (MASSEY, 2008).

As considerações sustentadas por essas noções essencializadas ganharam força na literatura que foi produzida a partir de observações de fenômenos característicos de um contexto de transformações vividas pelas sociedades latino-americanas a partir da década de 1950. As sociedades altamente industrializadas foram tomadas como parâmetro para a definição das demais sociedades e para a própria noção de desenvolvimento. Proliferaram estudos sobre a migração do campo para a cidade, o despovoamento do campo e a invasão do campo pelas cidades. Estudos que podem ser agrupados sob a denominação mais geral de urbanização do meio rural.

Quijano (1978) refere-se aos estudos produzidos no âmbito da CEPAL sobre o desenvolvimento da América Latina no pós-guerra a partir do fenômeno das invasões massivas, principalmente por migrantes, de terrenos públicos e privados nas grandes cidades da América Latina, formando povoamentos à margem do corpo urbano e por isso denominados “bairros marginais”, sendo seus habitantes denominados de “populações marginais”. Apesar das denominações próprias dadas pelo próprio povo (*callampas*, *barriadas*, favelas, *cantegriles*, *rancheríos*).

Este problema enfrentado pelas populações se constituiu no problema social das “populações marginais”. No entanto, o termo foi tratado basicamente do ponto de vista empírico, tendo restrito tratamento conceitual que encerra diversas significações, entre elas, a ideia de marginalidade como cidadania limitada, especialmente utilizada para caracterizar as populações rurais na sua falta de integração às instituições do Estado-Nação.

O debate se deu em torno das políticas de modernização e a figura do Estado se impôs como instância central do “projeto da modernidade” que garantiria a organização racional da vida (CASTRO-GÓMEZ, 2005). No entendimento da CEPAL, seria como dizer que os trabalhadores rurais eram os mais claramente afetados por esta não-integração às instituições do Estado moderno, pois eles estariam “à margem da modernidade urbana” vivendo “uma estagnação histórica que deriva da estagnação da economia agrária e das relações humanas no campo” (QUIJANO, 1978, p. 23). A noção de cidadania, nestes estudos, abarcava um conjunto de direitos civis, políticos, econômicos e sociais que deveria ter todo membro da sociedade nacional. Desta forma, esta noção estaria na base da formulação do entendimento de *ciudadania limitada* quando houvesse algum “corte” neste conjunto de direitos. No entanto, Quijano (1978, p.21) alertou a respeito da falta de clareza sobre onde de fato residia a marginalidade, se “nas limitações dos direitos de cidadania ou nas dificuldades de participação no desenvolvimento econômico e na mobilidade social ascendente, na medida em que ambos os aspectos do problema eram explicitamente separados”. O conceito de cidadania limitada, utilizado para caracterizar especialmente as populações rurais, veio a tornar-se parte do fenômeno que Castro-Gómez (2005) denominou de “invenção do outro”, criando perfis de subjetividades estatalmente coordenados.

Esse “outro”, o camponês, deveria ser retirado do isolamento e da pobreza pela integração às instituições que preconizavam o inevitável caminho para o desenvolvimento. Mais importante do que o progresso econômico e ascensão social seria a constituição do sujeito moderno por meio das práticas disciplinares ou padrões de civilidade (direitos e deveres legitimados pelas escolas, hospitais,

oficinas, prisões), com o fim de tornar mais visível a diferença social: o eu (branco, urbano) e o outro (índio, camponês).

Os discursos e imagens produzidos pelos agentes defensores do ideário do “desenvolvimento”, por aqueles que defendem a apropriação privada da natureza e do território, são práticas sociais, e não apenas signos, porque têm autonomia para produzir efeitos de realidade e verdade, como revelou Michel Foucault. O discurso da modernização que traz a ideia do progresso e do avanço coloca os camponeses atrás na linha do tempo ao definir padrões de civilidade. Já os discursos e imagens produzidos pelos grupos sociais camponeses mobilizados em torno dos movimentos sociais, vão ao encontro da luta pela re-apropriação social da natureza.

As práticas sociais destes grupos recriam a identidade camponesa por meio da luta pelo direito a produzir e existir em bases distintas. Uma luta por território e não apenas por terra. E, estando em luta pela significação dos seus territórios, usam a identidade estrategicamente, podendo esta assumir formas culturais específicas. Deste modo, fazem da juventude um *lugar* social, político e epistêmico.



Mística realizada pelos jovens do Acampamento Dalcídio Jurandir. Fotos da autora.

Imagens do *front*

A realização da mística, entre os jovens acampados e em luta pela terra, revela a dimensão do conflito presente na vida destas pessoas. A certeza da morte

(para todos) é vivida cotidianamente por estes grupos, assim como a esperança de dias melhores representada principalmente pela vontade de estudar. A invenção de uma identidade ensaja, entre outras coisas, a criação de possibilidades para acessar as redes institucionais nas quais as pessoas estão interligadas, mas que não as compreendem de modo suficiente. Busca construir formas de acesso e inclusão rompendo com as barreiras do atraso e do isolamento produzidas pela ideia da modernidade. A invenção da juventude camponesa como uma identidade territorial, desafia as noções binárias que povoam o imaginário presente no discurso sobre o desenvolvimento e a modernidade. Como pode o desejo pelo livro e a enxada fazer parte do mesmo universo de uma gente e de uma juventude?

O *front* é juventude

Durante todo o período da pesquisa, acompanhei (direta e indiretamente) situações de conflitos desencadeadas a partir do espaço-tempo de um acampamento de sem-terra localizado na região sudeste do estado do Pará. Os conflitos de territorialidades estão ali expressos à flor da pele, e o *front* se faz em sua excelência. Proponho pensar o *front* como possibilidade de abertura para uma “nova cartografia” ao assinalar devires na situação do acampamento e ressaltar suas significâncias no processo histórico da luta camponesa pela terra.

A abertura para o devir poderá ocorrer tanto no período que corresponde ao momento da ocupação como no período em que existe o acampamento propriamente dito, no qual as famílias se encontram “à espera” da desapropriação da área ocupada. As “linhas de fuga” que permitem ultrapassar segmentos e limiares, rumo ao desconhecido, ao inesperado e ao ainda não existente podem emergir das ações com efeitos políticos que ali são gestados. Quero perseguir a noção *deleuze-guattariana* de que a “linha de fuga” é o elemento essencial da política.

O acampamento, adequadamente chamado pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra – MST de “luta conjuntural” se configura numa situação desterritorializante para as famílias que estão nestas áreas, que engendram redes de relações envolvendo as áreas de assentamentos ou mesmo localidades nas cidades vizinhas. E, mais ainda, para as famílias que tem apenas o acampamento como território-abrigo, este, o sentido mais precário da territorialização, como por exemplo, as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família¹¹³. Segundo o

113 Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Ano/ Cadastro: 2002, 2006, 2007. Local: Município de Eldorado do Carajás. Ano/ Recadastramento: 2009. Local: Acampamento Dalcídio Jurandir/ Município de Eldorado do Carajás. Meta Municipal: 3.700 famílias beneficiárias. Já superadas.

coordenador local do Programa, da Secretaria de Ação Social do Município de Eldorado do Carajás, é muito difícil o acompanhamento destas famílias por conta da extrema mobilidade necessária em consequência da precariedade em que se encontram. Só raramente os agentes do Programa, voltando à residência do primeiro cadastro para realizar o recadastramento, conseguem saber do *paradeiro* atual da beneficiária¹¹⁴.

Como se vê, os territórios não são unidades homogêneas, não se constituem numa totalidade. Haesbaert (2004), questionando dicotomias presentes na concepção de território e des-territorialização, aponta duas formas básicas de territorialização: uma lógica zonal de controle de áreas, limites e fronteiras e uma lógica reticular de controle de fluxos e redes. Neste caso, as famílias em situação de extrema miséria passaram de um nomadismo precarizado, *sem paradeiro*, a uma i-mobilidade, ainda que temporária e altamente desterritorializante porque insegura e excludente.

São famílias que vivem dos “benefícios” do Estado (bolsa-família, cesta básica, aposentadoria) e sob a “proteção” de um movimento social organizado, que pela sua ação torna o território expressivo. E outras que vivem uma lógica reticular e constroem as relações sociais privilegiando a circulação e os fluxos: mercadorias, dinheiro-salário, alimentos e se integram às redes institucionais, escola, movimento social e instâncias do governo local, ainda que muitas vezes, não as compreendam.

Mas o caráter da des-territorialização não é estritamente humano. O ambiente em que estas famílias se encontram é des-territorializante nas mais básicas condições necessárias à vida. A base “natural” representada pelos elementos água, solo, vegetação, é extremamente escassa nas áreas dos acampados, tornando o ambiente frágil do ponto de vista da sua sustentabilidade. No entanto as famílias permanecem nestas áreas construindo solo, recompondo a vegetação e dando um sentido político para o lugar e definindo-o como integrante na produção da sociedade.

O sentido imanente da des-territorialização fica claro quando ouvimos depoimento de certo camponês expulso de sua terra, que ao vê-las afogadas com a construção de barragens, nos diz com sua sabedoria difícil de ser alcançada: *“aquelas ilhas são todas habitadas. São habitadas de babaçu, de criação, de*

114 Das 18 beneficiárias do Acampamento Dalcídio Jurandir, 11 são nascidas no estado do Maranhão e o restante em outros estados (PA, TO e PI). Apenas 06 beneficiárias estão dentro da coorte previamente definida pela pesquisa (1985-1994). As beneficiárias são em maioria mulheres que nasceram na década de 1970 ou anterior a ela.

plantios”¹¹⁵. O habitar, neste sentido, não é somente humano, assim como a des-territorialização não é um processo exclusivamente humano, como assinala Haesbaert (2004) a respeito de mais uma dicotomia nas leituras sobre desterritorialização. Como dito anteriormente, o significado da terra e da desterritorialização para os acampados está num nível de imanência que tem a terra como corpo pleno, ainda que não tenham a terra de fato pelo controle do território e apropriação social dos recursos naturais, mas sim como uma esperança, uma utopia. Os acampados realizam um movimento que vai da terra ao território buscando refazer o elo perdido, porque usurpado, entre homem-natureza.

Nesta tentativa, os camponeses dão ao lugar um sentido eminentemente político, porque propõem uma ruptura com as práticas social, política e epistêmica de seus antagonistas, que vislumbram a terra, os homens e mulheres como meras mercadorias. Para este outro grupo, o domínio do território se dá pela perspectiva exclusiva da apropriação privada da natureza. Os camponeses, ao proporem outra prática, propõem também outra concepção de território, colocando em xeque um projeto de futuro que historicamente os excluiu e exclui.



Apresentação da cartografia dos jovens do Acampamento Vladimir Maiakovsky.

Foto da autora.

A nova cartografia passa a ser construída pela “experimentação ativa, imprevisível, e não é possível predelinear seu caminho”. Na situação explícita do conflito, é por onde podem vazar as linhas de fuga. Em todos os eventos gerados em função da luta empreendida pelas pessoas dos acampamentos contextualiza-

115 Vídeo “*Tocantins: rio afogado*”. Hélio Brito e João Luis Neiva Brito.

das neste estudo, houve a presença protagônica da juventude. Assim, como perceber o espaço como integrante *na* produção da sociedade e desta juventude?

O fenômeno “acampamento” como gerador de uma possibilidade para a luta camponesa é, ao mesmo tempo uma prática social que pressiona para a abertura política do território hegemônico pelo latifúndio e uma prática que estrutura um espaço sob máximo controle dos corpos, ficando claro o significado de fronteira como limite, com a separação rígida de um dentro e um fora. Se por um lado os grupos camponeses reivindicam uma redefinição do território quebrando as cercas dos latifúndios, por outro constroem barreiras de autoproteção. Isso aparentemente pode transmitir uma concepção reacionária de lugar (MASSEY, 2008), todavia esta forma de organização encontra rebatimento na realidade das famílias, e aquilo que pode ser interpretado como tipo de projeto “estamental” do MST ao estabelecer regras, normas e símbolos para as pessoas, seria uma tentativa de recriação da existência diante de um alto nível de desterritorialização. Inclui-se nesta tentativa, um sentimento maior de segurança dando origem a uma espécie de “territorialismo político- cultural”.



Territórios significados do Acampamento Dalcídio Jurandir. Fotos da autora.

Como assinala Massey (2008), não há regras para o lugar (território). E o que pode parecer uma “concepção reacionária de lugar” quando os camponeses ao lutarem pela “defesa de um modo de vida”, constroem territórios fechados, é na verdade uma demonstração, por meio de sua ação política, da mais avançada estratégia de combate e organização contra o livre movimento do capital e contra o livre movimento do trabalho. A cooperação, a solidariedade, as redes de ajuda e o engajamento das pessoas em um movimento social e político, são valores compartilhados e vividos como aposta num projeto comum. “Los campesinos no

nacen campesinos: se *hacen* campesinos, se inventan a sí mismos como actores-colectivos en el curso de su hacer” (BARTRA, 2011, p.07).

O foco, neste caso, incide sobre considerar estes processos de territorialização não enquanto unidades espaciais, mas sim enquanto práticas escalares ou práticas sociais espacializadas, e daí possibilitar um pensamento-ação que resida numa leitura não dicotômica e não essencialista do espaço. Existe uma relação entre estes processos que ocorre de forma contínua e articulada por meio das práticas sociais. Toda estratégia e pensamento político, em qualquer das dimensões da vida social (educação, produção, organização social, luta política), deve considerar a espacialização das práticas sociais dos sujeitos.

Neste sentido ensaio tratar a luta política como a dimensão privilegiada para desvelar os territórios juvenis ou os processos de reterritorialização empreendidos pela juventude camponesa no *front* a partir do entendimento das suas práticas escalares. No **Jogo 01**, eis o acampamento no seu espaço-tempo cotidiano: forças reterritorializantes atuam no sentido compensatório à desterritorialização. As linhas de segmentaridade, molar e molecular, se aproximam, se afastam e se transpassam. Quando se transpassam possibilitam novos agenciamentos.

O mais importante aqui é destacar que um território é um ato, uma ação, uma relação, um movimento (de territorialização de desterritorialização), um ritmo, um movimento que se repete e sobre o qual se exerce um controle. Um território é um produto “agenciado” de movimento em que predominam “campos de interioridade” (agenciamento maquínico de corpos e agenciamento coletivo de enunciação) sobre as “linhas de fuga”, num movimento mais centrípeto que centrífugo. Ou seja, as forças reterritorializantes atuam no sentido compensatório à desterritorialização. Já na desterritorialização ditas absolutas engendram-se linhas de fuga, e o agenciamento não apresenta mais conteúdo nem expressão distinta, “mas comumente matérias não formadas, forças e funções desestratificadas” (HAESBAERT, 2004, p. 123).

Neste jogo os processos de reterritorialização da juventude ocorrem tanto a partir das atividades desenvolvida pelas escolas como do engajamento nas ações e tarefas que são necessárias para a manutenção do acampamento como território dos sem-terra. Existem as “tarefas da juventude militante” para as quais os jovens são invariavelmente escolhidos e destinados. O estudo vem em primeiro lugar, e isso corresponde à participação nos processos de formação política, recaindo desdobramentos disso na realização das místicas, que quase sempre são organizadas pelos professores junto ao grupo de jovens do local. O jovem que está no

acampamento e não corresponde a esta exigência é visto como “preguiçoso” ou “desinteressado”.

“A juventude cumpre o seu papel e sua tarefa de contribuir com o desenvolvimento da nossa juventude”. E segue reinventando: a si próprio, a sua família e o movimento: “nosso grupo nasceu da necessidade de encontros e da decepção de não ter participado da festa dos 15 anos do assentamento. Decidimos não mais não ser chamados porque somos desorganizados”. Neste depoimento, o jovem reclama a participação se valendo da organização, pois descobriu que só assim serão reconhecidos e legitimados no Movimento e passarão a ter um lugar destacado na ação política. Neste sentido, a juventude militante pouco se diferencia por ser do acampamento ou do assentamento. Ambas vivem a luta entre gerações e reclamam espaços de participação, estudo, reconhecimento, e se auto definem como o futuro, como guerreiros e como portadores de sonhos.

As cartografias do acampamento neste jogo são representadas pelas linhas de segmentaridades, molar e molecular. A linha molar corresponde à linha rígida e se relaciona com o modelo árvore-rizoma, definindo os segmentos ligados basicamente as regras da coletividade e da convivência que são próprias do MST. Como já assinaléi, são necessárias as regras para manter o acampamento. No entanto, a rigidez é constantemente ultrapassada pela segmentaridade flexível da linha molecular.

Os jovens têm seus escapes próprios dentro da sua organização e é por isso que também se colocam aptos a se juntarem. Quanto aos escapes, os militantes adultos os denominam de “travessuras” ou “badernas”, e em represália a tais atos são aplicadas as “medidas educativas”. Geralmente os escapes estão ligados ao uso de bebidas alcoólicas dentro do acampamento, aos namoros não permitidos ou às saídas desprogramadas. São agenciamentos que fogem do controle político do movimento e conseqüentemente fragilizam a manutenção do controle territorial. Mas, ao mesmo tempo, podem possibilitar devires. Indivíduos ou grupos são constituídos por essas “linhas” de segmentaridade molar e molecular, de naturezas distintas. Uma que valoriza mais o aprendizado das regras, da hierarquia, e outra que valoriza interações contextuais, possibilitando devires.

Já as “linhas de fuga seguem rumo ao desconhecido, ao inesperado e ao ainda não existente”. Essas três linhas são fundamentais para traçar cartografias. Destas três linhas, a de fuga, é o elemento essencial da política. No **Jogo 02**, represento o acampamento no período da jornada de luta. É o momento em que o MST define uma pauta política para negociação com o governo do estado. Envolve reivindicações relacionadas à terra (em alguns casos desapropriação, em

outros apenas regularização onde já está constatada terra pública), aos programas do ITERPA, infraestrutura e licença ambiental para os assentamentos já criados. Neste momento, ao mesmo tempo em que é anunciada a pauta, ocorrem mobilizações dos grupos e, na maioria das vezes, enfrentamentos políticos. Engendram-se linhas de fuga, e o agenciamento não apresenta mais conteúdo nem expressão distintos e escapam ao bloco de segmentos molares e moleculares.

São os momentos de imprevisibilidade nos quais a juventude é requisitada para ações que não têm um desfecho claro e previsível. O território ganha sua expressão e conteúdo de máximo controle e, ao mesmo tempo de abertura, podendo ser redefinido em vários de seus aspectos (mudança de direção do acampamento, reorganização dos grupos de famílias, desistências de acampados, prisões e assassinatos de militantes). A ideia do MST de sujeito coletivo é fortalecida neste momento pela descentralização a partir da divisão de tarefas entre os setores. E as ações que ocorrem a partir dos acampamentos são frutos de decisões internas promovidas por agenciamentos coletivos e desejanças.

Nessa hora, a juventude passa de enunciada a enunciação, de significada a significação. Os jovens tão anunciados e tão significados pelos mediadores e com tantos lugares a eles oferecidos resolvem se descobrir fazendo a luta política no acampamento. De uma só vez, inventam-se jovens ao se proporem a (re) inventar-se, reivindicando a condição camponesa autônoma. De uma só vez, portanto, contrariando as grandes narrativas ligadas à modernidade, eles se fazem jovens e camponeses.

Referências

BARTRA, Armando. Campesindios. Aproximaciones a los campesinos de un continente colonizado. *La Nacion. Revista Memoria* 248. Novembro de 2011.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, Edgard. (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. 1 ed. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p.169-186.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização. do “fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil., 2004. 400p.

HEREDIA, B. *et al. Assentamentos rurais e perspectivas da reforma agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: CPDA/ UFRRJ, 2001.

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos..In: LANDER, Edgard. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. (org). 1 ed. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 21-54.

MASSEY (2008) MASSEY, Doreen. *Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 312p.

QUIJANO, Aníbal. Notas sobre o conceito de marginalidade social. In: PEREIRA, Luiz (org). *Populações marginais*. São Paulo: Duas Cidades, 1978. 492p.

SOLARI, A.S. Algunas reflexiones sobre la juventud latinoamericana. *Cuadernos del instituto latinoamericano de planificación económica y social*. Serie II n.14. Santiago do Chile: CEPAL/ILPES, 1971. 107p.